

## AMAZÔNIA: INFERNO VERDE OU PARAÍSO PERDIDO? CENÁRIO E TERRITÓRIO NA LITERATURA ESCRITA POR ALBERTO RANGEL E EUCLIDES DA CUNHA

José Francisco da Silva Queiroz<sup>1</sup>

### RESUMO

A representação da Amazônia seja feita pela ótica estrangeira, seja pelo olhar autóctone, manifesta-se de forma equivocada, quando não perniciososa. Um imaginário, ora fantasioso, ora infernal instituiu-se ao longo de uma histórica repetição de (pré) conceitos e estereótipos. A literatura, em alguns casos, serviu a essa standardização na tentativa de entender e explicar a região amazônica. Os primeiros textos literários que colocaram a Amazônia em foco no cenário literário nacional estão ligados aos princípios positivistas em voga no século XIX e inserem-se concomitantemente na tradição literária realista-naturalista. Na discussão de *Inferno Verde* (1908) e *À margem da história* (1909), respectivamente escritos por Alberto Rangel e Euclides da Cunha; nós podemos encontrar duas perspectivas interpretativas: um lugar terrível ou um paradisíaco. Nesse artigo, nós iremos discutir as bases ideológicas presentes no discurso paratextual (GENETTE, 2009) responsável por dar suporte a essa caracterização infernal ou paradisíaca da Amazônia; questionando até que ponto o discurso narrativo (Fictionality/Factuality) (STIERLE, 2002; SCHMID, 2010) pretende ser considerado como representativo do espaço e das sociedades que habitaram a Amazônia em certo contexto histórico.

**Palavras-chave:** Literatura Amazônica. Alberto Rangel e Euclides da Cunha. Discurso narrativo. Ficcionalidade/Facticidade.

### ABSTRACT

The Amazon representation either made by the foreign perspective, or by an autochthonous sight, is manifested wrongly, if not pernicious. An imaginary, sometimes fanciful, sometimes hellish has been established along a historical repetition of (pre) concepts and stereotypes. In many cases, literature has served to this standardization on the attempt to understand and explain the Amazonian region. The first literary texts that put the Amazon in focus in the national Brazilian literary scene are linked to positivism principles in vogue in the nineteenth century and are concomitantly inserted in the realism-naturalism literary tradition. In discussion of the *Green Hell* (1908) and *The Amazon: land without history* (1909), respectively written by Alberto Rangel and Euclides da Cunha; we can find these two perspectives: a terrible place or a paradise. In this paper, we will discuss the ideological bases present in the paratextual discourse (GENETTE, 2009) that support the infernal or paradisiacal characterization of the Amazon; questioning at last how the narrative discourse (Fictionality/Factuality) (STIERLE, 2002; SCHMID, 2010) intends to be taken as representative of a space and of societies that dwell there in a certain historical context.

**Keywords:** Amazon Literature. Alberto Rangel and Euclides da Cunha. Narrative discourse. Fictionality/Factuality.

Recebido em: 10/08/2017

Aprovado em: 04/09/2017

---

<sup>1</sup> Doutorando em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará. Mestre em Estudos Literários pela UFPA. Professor efetivo de Língua Portuguesa e Literatura da rede de ensino Estadual (Pará). E-mail: [jfranciscosq@gmail.com](mailto:jfranciscosq@gmail.com).

## 1. CONEXÕES: AMIZADE, POLÍTICA E LITERATURA.

O capítulo que fecha *Inferno Verde* (1908) narra o final da aventura de um engenheiro que viajara à Amazônia em busca de “fortuna para gozá-la entre os seus, no Sul”. Alberto Rangel, o autor dessa obra, também partilhava com sua personagem o título de engenheiro tendo trabalhado inclusive no Maranhão na construção do Porto de Tutoia, em 1900. Após breve passagem por Belém transferiu-se para Manaus, cidade onde residiu de 1901 a 1905 (LEANDRO, 2009, p. 01). Ali trabalhou como diretor de Terras e Colonização, cargo que o levou a viajar pelo rio Juruá com a missão de demarcar os limites de alguns seringais. Euclides da Cunha chegou a Manaus em dezembro 1904 e hospedou-se na casa do amigo Alberto Rangel, essa amizade teve origem quando os dois estudaram na Escola Militar da Praia Vermelha (RJ), em 1886. O autor de *Os Sertões* embora ambicionasse há tempos uma incursão pela Amazônia chegava à capital amazonense movido por uma razão mais imediata, a necessidade financeira.

O engenheiro da ficção morreu em sua aventura amazônica buscando riqueza. O engenheiro Alberto Rangel após deixar Manaus viajou pela Europa gastando os proventos conseguidos nos anos de trabalho no Norte do Brasil. Publicou *Inferno Verde* em 1908, na cidade de Gênova. O prefácio dessa obra foi assinado pelo engenheiro Euclides da Cunha, que em 5 de abril de 1905 embarcava na sua própria aventura pelos “rios em abandono” de onde voltaria com material para mais um livro: *À Margem da História*, publicado postumamente em 1909. A missão diplomática que Euclides da Cunha fora incumbido, mapear o rio Purus, apesar das dificuldades, teve sucesso<sup>2</sup>.

Amizade, atividades profissionais, interesses políticos e a incursão pela Amazônia marcaram a vida desses dois escritores. Contudo, acima de qualquer outra relação que possa parecer meramente uma aproximação fortuita as obras de Alberto Rangel e de Euclides da Cunha tornaram-se referência para um grande número de narrativas que a partir da década de 1920 utilizariam o espaço amazônico como assunto. Embora a obra de Alberto Rangel tenha ficado esquecida foi sob sua influência que vários escritores nascidos ou radicados no Pará tentaram continuar a tradição de um discurso da selva “infernai”. Ao passo que os ensaios amazônicos de Euclides da Cunha venham recebendo cada vez mais atenção dos estudiosos

---

<sup>2</sup> Os louros pela descoberta do mistério sobre o que uniria o Purus com os rios Ucayale (peruano) e Madre Dios (afluente do rio Madeira ao norte da Bolívia) são creditados aos comandados de Euclides, que identificaram vários canais abertos pelos caucheiros e seringueiros que concorreram para tal ligação. Essa descoberta fixa, definitivamente, toda a extensão do afluente Purus do Amazonas em espaço brasileiro, legitimando a integridade do território nacional (CONDE SANGENIS, 2013, p. 108).

costuma-se esquecer que esses textos foram escritos sob uma perspectiva “pragmática”, voltados para uma interferência objetiva sobre o desenvolvimento do estado do Acre, que àquela altura de seu processo de formatação política, econômica e social não passava de um território “à margem da história”.

O que esses dois autores legaram como forma de interpretar e narrar o espaço amazônico configurou-se por meio de um estilo que mesclava o discurso científico ao floreio literário, manipulando fato e ficção, denunciando mazelas, porém admitindo um olhar enviesado que foi e é tomado muitas vezes como substituto da complexa realidade da formação das sociedades amazônicas. O limite entre a ficção e não ficção é outro fator que tem um especial papel nessa discussão; assim, se *Inferno Verde* e *À Margem da história* puderem ser entendidos como literatura (ficção) a antítese enunciada a partir dessa aproximação desobrigaria uma “recepção pragmática<sup>3</sup>”; mas se essas obras pretendem emitir conceitos a cerca de uma dada realidade, sua leitura deveria possibilitar a concretização das análises realizadas. Isso nos leva ao questionamento que dá título a esse artigo. E em busca dessa oposição ou de uma comunhão de perspectivas podemos prosseguir.

## 2. O NARRADOR “RANGELIANO”.

A dissimetria da organização de *Inferno Verde* pode ser superada a partir de uma leitura que substitua sua compreensão como uma obra de contos. Essa mudança de abordagem genérica não é apenas uma saída metodológica, mas mostra-se necessária para que possamos observar uma progressão narrativa. Contudo, o primeiro texto “O Tapará” não se comporta em nenhum aspecto como tal. O que se explica tanto pela predominância da descrição paisagística, não havendo nenhuma “mudança de estado” sobre um personagem destacado, além de sermos levados a observar a representação de “estados” e de seres (SCHMID, 2010, p. 03); os quais serão desenvolvidos nos capítulos seguintes. Surge assim a floresta em toda a sua estranheza, força e riqueza. Dentre os seus componentes humanos recebem destaque o caboclo, habitante autóctone, acossado em um seu *habitat* pela chegada do nordestino fugido da seca, que assume o posto subalterno de seringueiro ou consegue mudar de condição social ao transformar-se em latifundiário ou exercer alguma liderança. Esse texto inicial deve ser

---

<sup>3</sup> Visando ao campo da ação, os textos pragmáticos se orientam para além de si mesmos. A recepção de tais textos implica portanto a passagem para uma disposição de ação de complexidade crescente. O texto pragmático, por assim dizer, deve ser esgotado. Nisso, em cada momento da recepção, a figura recepcional, até então processada, se converte em condição para a seguinte, com vista a um horizonte de ação, que cada vez mais se especifica e condensa. [...] O texto pragmático é centrífugo e este seu caráter se acentua quanto mais imediata seja sua intenção pragmática (STIERLE, 2002, p. 130).

lido como o prefácio de Alberto Rangel à sua narrativa de viagem, um introito à ficcionalização de sua própria experiência como um agente que lidou com o processo técnico do desenvolvimento e da exploração desse espaço. Aqui a imagem do “autor abstrato” possui uma grande semelhança com a figura do “autor concreto” (SCHMID, 2010, p. 36). Os demais textos devem ser lidos como capítulos de uma mesma narrativa interligados por um narrador que assume distintos posicionamentos: ora esconde-se ao assumir a posição de um narrador não-diegético, ora revela-se como narrador diegético (SCHMID, 2010, p. 66).

Seguindo a classificação proposta por Schmid, o narrador diegético corresponde àquela entidade que narra sobre si mesmo, ou mais especificamente, sobre o seu eu prévio como uma personagem da narrativa. Doutro modo, temos o narrador não-diegético como aquele que não narra sobre si mesmo, mas exclusivamente sobre outras personagens. Essa teorização nos ajuda a entender porque o tipo de narrador sofre mudanças ao decorrer dos onze capítulos de *Inferno Verde*. Em 7 deles o narrador relata alguns acontecimentos vividos pelos colonos, pelos seringueiros ou pelos caboclos; mas a linguagem erudita e proverbial é sempre a mesma que aparecerá nos 4 capítulos em que narrador narra sobre si, embora em certas passagens haja narradores secundários (“Um homem bom”, “A teima da vida”, “*Inferno Verde*”). A participação ou não do narrador dos eventos narrados faz parte de uma estratégia de convencimento do leitor, ficando mais complexa no último capítulo quando o narrador descreve a morte ficcional de seu “eu narrado” (SCHMID, 2013, p. 67).

A paisagem do Tapará retratada por Alberto Rangel, um espaço que ele descreve energeticamente, preenchendo com adjetivos intensificadores e comparações literárias, pode ser condensado em uma única palavra: *igapó*. Esse vocábulo de origem indígena traz o conceito preciso para definir o fenômeno natural que tanto impressionou o seu observador “instruído”. O Tapará nada mais era do que “um trecho de floresta onde a água, após a enchente dos rios, fica por algum tempo estagnada”. Qualquer caboclo saberia disso, daí que o texto introdutório dirige-se ao “leitor estrangeiro”, para quem a palavra “bárbara” não faria sentido. O que também explicaria a comparação da “água prisioneira” com o rio mitológico Aqueronte. Todas as referências usadas na composição desse “cenário amazônico” têm uma origem na cultura europeia: a floresta parece habitada por duendes, as suas noites são wagnerianas, quem pela mata vagasse deveria seguir o exemplo do Pequeno Polegar de Perrault e “o caboclo é o Orestes da tragédia grega”. Tudo converge para explicar ao “leitor civilizado” quão estranha é a Amazônia brasileira.

O real desenvolvimento do enredo de *Inferno Verde* inicia-se com “Um conceito do Catolé”, cujo título denuncia o recurso moralista que estará presente em todos os capítulos

seguintes. O narrador, seja não-diegético ou diegético, encerra cada “cena” proferindo uma sentença admoestativa, tentando transmitir uma mensagem sábia e profunda. Já o narrador desse capítulo comporta-se como a testemunha de um caso trágico ocorrido com a família de um “cearense”: o João Catolé. Ele após chegar a Manaus fora instalado em uma Colônia do Governo onde tentaria sobreviver do lote de terra recebido. Já viúvo, auxiliado unicamente pela filha Malvina, conseguiu após muito trabalho prosperar mentindo ao discurso dos outros colonos que acusavam a terra de ser imprestável.

Animado, ele escorara a barraca, que lhe haviam cedido, limpou-a dos cupins e já no fim de um ano, uns quatro “quadros” de roça viçosa e limpa lhe notabilizavam o lote. Mais tarde, o Catolé conseguira instalar no alpendre a “casa de farinha”, com todas as peças fundamentais: a roda, o banco com o “caitutu”, a prensa, o forno e o rodo (RANGEL, 2008, p. 52).

O destino que parecia favorável após a chegada de João Catolé ao Amazonas sofre novo reverso. Sua filha é sequestrada por outro cearense, Pedro Carapina, e os dois desaparecem na mata sendo encontrados dias depois mortos. Esse acontecimento serve para que no desfecho, diante de tanta desilusão, o “conceito de Catolé” seja proferido: “- Ora, a terra! A terra é boa, o homem só é que não presta”. A máxima que conclui esse episódio contradiz ao título do livro, o inferno não se manifestou pela ação da natureza, mas por intermédio dos homens. Semelhante elogio à terra fica ainda mais pungente em passagem na qual João enaltece seu pedaço de chão amazônico.

Somente o João bendizia a sua sorte. No Ceará nunca pudera ser senhor de um pedaço de vazante. Trabalhara sempre “a dia”, ou em terra foreira, ou emprestada. Unicamente de algum trecho de “carrasco”, ou dalguma lapa no alto pendor da serra, onde se acoitam as suçuaranas, poderia ter sido dono; mas, com que futuro? O Amazonas, tão amaldiçoada país de seringa e de impaludismo, fazia-o proprietário; ao chegar o retirante cearense, dava-lhe o solo, o mantimento, o teto, a assistência médica, a instrução... O monstro devorador de vidas ao pé das *heveas* era, na verdade, também protetor e amigo (RANGEL, 2008, p. 51-52).

O elogio ao sistema de assistência aos emigrantes não deixa de ser também uma propaganda da administração de Antônio Constantino Nery, governador do Amazonas entre 1904 e 1908. O uso do narrador não-diegético serviu para manter a imparcialidade, esconder as relações que o autor mantinha com o político também advindo de uma formação militar adquirida no Rio de Janeiro.

No capítulo “Terra Caída”, o narrador não-diegético retrata a persistência do caboclo João Cordulo que enfrentando a “floresta pertinaz” capaz de com enorme rapidez “ocupar o lugar de onde fora repelida”; viu-se ainda atingido pelo fenômeno da “terra caída”: a erosão que os rios causavam às margens no período da cheia. Após ter a casa e a plantação destruídas

pela correnteza “no dia seguinte, o sol nado, a vítima era um vencedor”. Com a mensagem de superação, pois que “a terra podia desaparecer, o caboclo ficava”, a narrativa conclui aproximando das figuras mitológicas de Atlas e de Sísifo o esforço do homem na tentativa de dominar a natureza amazônica.

Quando finalmente o narrador assume a participação no enredo, no capítulo “Hospitalidade”, contando da noite de pavor que passou ao ficar hospedado na propriedade de um bandido, mas que não lhe ofereceu perigo algum; finaliza esta cena pela sentença solene: “O malfeitor, que a lei humana mantinha refugiado, exercia no seu refúgio uma lei divina. O réprobo era um patriarca” (RANGEL, 2008, p. 79). O narrador, agora diegético, encontrava-se em viagem que prossegue no capítulo “A decana dos muros”, quando faz uma incursão pelo rio Urubu, onde encontra uma velha índia mura. Essa jornada ditará o ritmo da narrativa até sua conclusão. Mas só ficamos sabendo o motivo da presença do narrador nessa região “selvagem” no capítulo “Um homem bom”. O narrador estava encarregado pela demarcação de lotes de terra. O título de “doutor” lhe é atribuído e os instrumentos de sua atividade são mencionados claramente.

O trabalho de medição avançava devagar [...] Perto de mim se conservava o homem, que tinha por encargo transportar o instrumento. A barba rala no queixo magro, o rosto de maçãs salientes, a tez baça de linfático e, na fisionomia de maleitado, os olhos redondos e inexpressivos de peixe morto (...). O tabaréu, o “carregador da luneta”, como ele próprio se intitulava, esboçou um sorriso significativo na face sem sangue (RANGEL, 2008, p. 92 – 93).

No capítulo “Obstinação” o narrador assumiu novo posicionamento para que fosse relatado um caso de exploração perpetrado por um “paraibano”, o coronel Roberto, que cobiçava as terras de um caboclo chamado Gabriel. O paraibano mostrava-se disposto a “acabar com os caboclos”; o que revelava o conflito cada vez maior entre os nordestinos chegados à Amazônia e os seus habitantes tradicionais. É sob essa problemática que a narrativa utiliza como metáfora o apuizeiro: árvore que ao se instalar sobre outro vegetal, o abieiro, sugava-lhe a vida por completo. O coronel Roberto finalmente consegue os documentos necessários para expulsar a família de Gabriel do terreno há anos ocupado. Gabriel comete suicídio para que não fosse apartado da posse herdada do pai. Mas antes que tudo fosse arranjado um “doutor” fora chamado para validar essa manobra usurpadora.

Durante essa ausência apareceu o “doutor”, acompanhado de capangas do Roberto, numa das extremas do lote do caboclo. Não se demoraram muito. Em duas horas breves deram por concluído o trabalho, visando alguns rumos e medindo umas linhas, ao olhar pasmado das mulheres e crianças do Gabriel, desconfiadas e mudas (RANGEL, 2008, p. 103).



O narrador estrategicamente retirou-se da narrativa para esconder sua participação nesse ato de violência. Mesmo que a denúncia seja feita quanto ao abuso das autoridades, o narrador não se privou de colaborar com ela. Afinal, o “doutor” só estava ali para “buscar fortuna”.

No capítulo “A teima da vida”, o narrador retorna a sua posição de sujeito da narração, encontrava-se em território dos seringueiros, chegando a uma propriedade de um “cearense” no dia de Nossa Senhora das Candeias e presenciara uma grande salva de tiros em homenagem à Santa. Dirigiu-se a um barracão, “era lá que eu deveria ir, a chamado do Cambito, para contratar um serviço” (RANGEL, 2008, p. 111). O enfoque não se detém sobre o trabalho que o narrador deveria realizar, mas na contradição entre o aniversário da filha de Cambito, nascida louca, cega, surda e muda; e o português Thomé Rodrigues Pereira, acometido de um câncer numa das pernas que o impedia de trabalhar; fora essa enfermidade o aventureiro minhoto possuía o “arcabouço d’ Hércules”. O português acaba falecendo quando o submetem à aplicação de banha americana fervente sobre a “ferida brava”; enquanto isso no barracão “a pequenina cega, agitando-se freneticamente, comia com voracidade um prato de mingau” (RANGEL, 2008, p. 119). O narrador concluindo esse capítulo imaginava como o “veneno ou a lâmina de bisturi” poderiam “acabar com a teima da vida”. Esse é o último capítulo em que o narrador assumirá abertamente sua presença na narrativa.

Em “Maibi” o narrador discorre sobre uma das formas de um seringueiro saldar suas dívidas com o patrão: usar a própria mulher como moeda de troca. Sabino, sem condições de pagar ao tenente Marciano a quantia de “sete contos e duzentos” entregara Maibi, sua mulher, ao Sérgio, o qual se comprometia a saldar tal valor com o patrão. Mas Sabino enciumado acaba sequestrando Maibi e matando-a. O narrador consegue interpretar o covarde assassinato da mulher como uma crítica à exploração da floresta.

O martírio de Maibi, com a sua vida a escoar-se nas tigelas do seringueiro, seria ainda assim menor que a do Amazonas, oferecendo-se em pasto de uma indústria que o esgota. A vingança do seringueiro, com intensão diversa, esculpira a imagem imponente e flagrante de sua sacrificadora exploração. Havia uma auréola de oblação nesse cadáver, que se diria representar, em miniatura, um crime maior, não cometido por Amor, em coração desvairado, mas pela Ambição coletiva de milhares d’almas endoidecidas na cobiça universal (RANGEL, 2008, p. 131).

Até esse ponto da narrativa a caracterização do espaço amazônico como uma região infernal não se sustenta, pois os agentes mais nocivos eram os homens que exploravam ou atuavam sobre os recursos naturais de forma predatória. A floresta era derrubada para dar lugar às plantações dos colonos ou para exploração da madeira. O uso em larga escala do

látex trazia uma dinâmica industrial para um território que conhecia somente práticas extrativistas simples. Os únicos habitantes que agiam com menor impacto sobre o meio ambiente eram os caboclos, pois que o utilizavam apenas para a subsistência. E diante dessa constatação a narrativa de Alberto Rangel começa a mostrar suas incongruências argumentativas. O caboclo é visto como “uma raça” a ser superada no final do capítulo “Tapará” somente por sua forma de lidar com o espaço amazônico não condizer com as práticas desenvolvimentistas que estavam sendo implantadas. O aproveitamento do vale do Amazonas mostrava-se difícil não em razão de um suposto inacabamento genesiaco, mas por ser desafiador como qualquer “sertão” que começa a ser explorado sem o mínimo de planejamento prévio.

Ao mesmo tempo em que o narrador denunciava a exploração do espaço, como elucidamos brevemente em todos os capítulos citados, ele entende que somente com a modificação da paisagem, substituindo-se a mata por plantações de “seringa, milho, cacau, feijão, cana, mandioca [e] arroz” a Amazônia mostraria o seu real potencial econômico. Assim, no capítulo “Pirites”, expressava-se o “doutor”, o “moço sabido” procurado por um “cearense”, que lhe levava para avaliação um punhado de “bissulfeto de ferro” (pirites) imaginado como ouro. A desilusão do “cearense” escondia seu gesto criminoso, matara ao caboclo Vicente, seu amigo, o real dono do punhado de pirites encontrado em uma touceira de piaçava.

O fundo moral desse episódio além de condenar os extremos da cobiça tenta mostrar que a riqueza na Amazônia não seria facilmente conseguida. A sorte de encontrar minerais preciosos na floresta estaria fora do alcance de todos, ao menos assim pensava o “doutor” em seu discurso consolador ao “ex-rico”. O “moço sabido” afirmava:

Pode ser! Mas não acredito na riqueza mineral desta terra. Dizem que no alto rio Banco, no Atumã, no Madeira... O que há, é uma delusão, em que fantasistas espontâneos ou tratantes sistemáticos se comprazem (...). Olhe, meu caro, a mina é toda esta terra e inesgotável. Uma várzea, no Amazonas, é a verdadeira Califórnia (RANGEL, 2008, p. 141).

O capítulo final da aventura do doutor, “Inferno Verde”, coloca em pauta o seu destino de homem instruído em busca da fortuna. Ele havia chegado ao extremo de sua jornada atingindo o alto Juruá, limite do estado do Amazonas com o estado do Acre. Souto é o nome que identifica finalmente o “engenheiro”, o “moço recém-formado” decidido a enriquecer no interior do Amazonas. A troca de perspectiva narrativa favorece o relato do momento de maior fraqueza do “autor concreto”. Ao assumir novamente a posição não-diegética e retratar



as saudades dos seus familiares torna-se possível focalizar sua fragilidade emotiva sem que seja ressaltado que sua empreitada também fora iniciada movida pela cobiça. O narrador ao distanciar-se de seu “eu narrado” pode atribuir ao enfrentamento de tantos desafios o desprendimento de um sacrifício em prol da família.

Lembranças amadas de sua terra e dos seus vieram, em coro triste, dizer-lhe adeuses, abraçá-lo, desanimando-o. E a cada evocação, o Souto afogava-se num soluço irreprimível. Só! Considerava o engenheiro, na raiva e no pesar indefiníveis. Na irritação e abatimento, o choro irresistível e infantil tudo confundia na crise única em que seus nervos se sacudiam, vibrando. Companheiros e família estavam como noutro planeta, ou noutra vida... E se alguma doença o apanhasse, o remédio, talvez, seria apodrecer no barranco, como tantos outros... (RANGEL, 2008, p. 143-144).

Até esse ponto da jornada o narrador sentia-se indiferente ao destino possível que acometia a todos os exploradores: a morte. Enquanto via-se auxiliado e tratado com deferência pelos caboclos e pelos cearenses, sempre diferenciando por sua titulação, parecia que nada o impediria de obter a realização de seus intentos. Mas naquela região tão afastada de qualquer socorro imediato assaltou-lhe o receio de perecer como um homem comum. Aqui se cria um elo entre o primeiro capítulo, “O Tapará”, com a sequência dos acontecimentos que terminaram por confirmar os temores do “engenheiro”.

A placa d’ aço rutilante significa o resto de água, que não pode escapar, forçada pelo desnível, a ficar para bebedouro e refúgio de garças, ananais, carões, arapapás e patos-bravos. Água prisioneira. Na raiva dessa situação parece filtrar um olhar de ódio, olhar de basilisco, a esclerótica lagoa. Vinga-se o poço, gerando uma baixa vida de algas e micróbios venenosos. Quem nele chegar a abeberar-se, ajustará contas mais tarde com o baço e o fígado (RANGEL, 2008, p. 38).

O igapó que tanta admiração causara no texto de abertura ao observador recém-introduzido na natureza amazônica reaparecia para cumprir sua missão vingadora. A forma de narrar o espaço coadunava-se com a representação do “eu narrado” despersonalizado, transformado em sujeito sem poder sobre a própria sorte, à mercê da floresta que dentro em pouco tomaria uma atitude consciente para vaticinar sobre o seu futuro.

Aquela dormida arrepiara ao Souto. O pantanozinho toldado obsediava-o; e, para afugentar ideias fúnebres, ele pôs-se a ler a *Carne*, de Júlio Ribeiro, que encontrara, com surpresa, na barraca fantástica. O defeituoso livro do gramático respirava largamente a oxigenada e forte natureza paulista, tão em contraste a esse canto, onde eflúvios letais d’água morta tudo circundavam de um véu funesto (RANGEL, 2008, p. 149).

A proximidade ao charco somente aumentou os cuidados do Souto, mas mesmo preocupado com possíveis moléstias “na madrugada seguinte [dava] começo do serviço.

Mesmo defronte da barraca, sobriamente decorada das algas do pântano, foi batida a estaca inicial” (RANGEL, 2008, p. 149). A atuação do engenheiro promovia o esforço pelo aproveitamento desse sertão brasileiro; demarcar e dominar era necessário não apenas por razão econômica, mostrava-se imperativa a política de mapear, conhecer e ocupar o extremo Norte impedindo a ameaça estrangeira como a atuação dos caucheiros. Ao encontro dessa empresa o jovem engenheiro atendia munido da técnica as necessidades da pátria e os seus interesses financeiros.

Os pés da tripeça da bússola abriram-se, como os de uma aranha monumental; o Souto espiou no olhal do prisma, tomando uma nota breve na caderneta. Rebateu as pínulas. Em seguida, retirou da caixa a luneta Lugeol, e visou firme para o mesmo ponto, em que a mira se estadeava, branca e vermelha, condecorando de uma placa extravagante o peitoral da floresta espaventada. (...) Os lotes a demarcar acompanhavam as voltas do igarapé; e o caminhar, ao fim da tarde, toparia a Nova Vida (RANGEL, 2008, p. 150).

Porém, contrariando a tantos motivos relevantes o Souto começava a sentir as consequências do contato com o seu pequeno Tapará. Quando finalmente não suporta mais os sintomas da enfermidade e decide interromper os trabalhos e voltar em busca de socorro, percebemos outra passagem que relaciona diretamente a experiência real de Alberto Rangel com sua criação narrativa.

Na várzea roçada de pouco, na boca do Moa, desdobrava-se um acampamento de forças do Exército, que, na marcha de jabutis, ou de guaiamuns num mangue, iam operar no Amônea (...). Um colega “de Escola”, alferes-aluno, reconheceu o engenheiro. Convidou-o a saltar em terra; prodigalizou-lhe enfim mil atenções de enfermeiro e de irmão (RANGEL, 2008, p. 159).

O encontro do Souto com um colega militar, na embocadura do rio Moa, aproxima-se em muitos aspectos àquele ocorrido, em 1904, entre Alberto Rangel e Firmo Ribeiro Dutra, um alferes-aluno, que no ano seguinte faria parte da comitiva liderada por Euclides da Cunha responsável pelo reconhecimento do rio Purus.

Firmo veio a conhecer Euclides quando de sua chegada a Manaus, atendendo recomendações de Rangel, exatamente depois de retornar de uma excursão ao alto Juruá. Eram ambos amigos de Rangel, contemporâneos da Escola Militar do Rio de Janeiro. Na viagem ao Juruá, Firmo deparou-se com Rangel na boca do rio Moa, nos limites mais extremos do Brasil, quando este descia doente após viagem ao Juruá-Mirim para onde acorre na missão de demarcar seringais (BRAGA, 2002, p. 55).

A semelhança entre o evento relatado pelo narrador não-diegético e a concreta experiência do autor Alberto Rangel apenas reforçam que a história que acompanhamos nos 11 capítulos de *Inferno Verde* corresponde à ficcionalização de eventos reais. Embora o

desfecho da vida real não tenha sido funesto ficou a cargo da criação literária a possibilidade de transformar a doença factual em morte fictícia dotada de um significado profundo e consciencioso. Em seu delírio de morte o Souto resume todas as suas expectativas frustradas juntamente com a necessidade de afirmar o caráter severo da floresta.

E repetia frases que se estrangulavam, delirando-se em murmúrios: “Minha terra... os meus... minha terra, que deixei...”. Em dado momento atirou-se às rosas, e as arrancava das hastes, sangrando-se nestas. Procurava cobrir-se das corolas despedaçadas; levava-as à cabeça, tentando delas coroar-se anacreônico, num triunfo que não merecesse. Logo as repelia de si, ajuntando-as depois; beijava-as e procurava esmagá-las com os pés. E, lamentavelmente ferido, o Souto, tropeçando, debatendo-se no roseiral, desflorava-o, ceifando-o num desancar de tufão. Justamente quando o Miguel chegava, acompanhado de um seringueiro, ele caía no estendouro do rosal, apostrofando à mata, esposada pelo rio: - Inferno!... Inferno... Verde! (RANGEL, 2008, p. 161 – 162).

Contudo, a moral da narrativa de Inferno Verde não se completava pela morte de seu principal personagem, punido por sua cobiça. O narrador não-diegético dá-se ao trabalho de explicar o título que o “Vencido” atribuía à Amazônia. E para esconder suas ideias, ou para não assumir a responsabilidade por elas, acaba atribuindo voz a terra que matava o aventureiro. A floresta personificada desponta como um narrador secundário, instruído e capaz de ponderar sobre o futuro que almejava para si. Sua fala além de erudita é esquemática, pois compreende os vários atores que participavam da ocupação e da exploração do espaço amazônico. Começando pelo caboclo, discorre sobre seu papel nessa dinâmica de nomeação e aproveitamento do meio ambiente.

Perdoo-te e compreendo o estigma que me lanças. Fui um paraíso. Para a raça íncola nenhuma pátria melhor; mais farta e benfazeja. Por mim as tribos errava, no sublime desabafo dos instintos de conservação, livres nas marnotas pelas bacias fluviais afora. Ainda hoje, o caboclo, sobra viril e desvalida nos destroços da invasão, vive renunciado e silencioso, adorando-me e bendizendo: - seu repouso edênico, sua plaga abençoada, seu recanto pacífico, na herança fetichica e venerativa dos povos autóctones de onde proveio (RANGEL, 2008, p. 162).

Porém, o aspecto mais interessante do discurso da floresta corresponde ao tipo de homem, ou a raça que teria o direito de dominá-la, transformando-a finalmente em paraíso. Ao condenar a avidez do “branco”, sujeito identificado como qualquer brasileiro dotado de poder financeiro, político ou proveniente da instrução; a fala da selva afirma que para esses exploradores ela seria um tipo de “purgatório”, quando não um real “inferno verde”. A resistência que o espaço mostrava teria um momento de recuo, mas somente com a chegada do “povo eleito”.

Eu resisto à violência dos estupradores... Mas enfim, o inferno verde, se é geena de torturas, é a mansão de uma esperança: sou a terra prometida às raças superiores, tonificadas, vigorosas, dotadas de firmeza, inteligência e providas de dinheiro; e que, um dia, virão assentar no meu seio a definitiva obra da civilização, que os primeiros imigrados, humildes e pobres *pionniere* do presente, esboçam confusamente entre blasfêmias e ranger de dentes (RANGEL, 2008, p. 163).

O momento final de Inferno Verde recupera a previsão feita pelo narrador no capítulo “Tapará”. Nessa abertura descritiva chama-se atenção para a fusão entre “o mameluco, o carafuz e o mulato e esse indo-europeu, que preponderará na imigração”. Assim, o brasileiro formado dessa fusão de raças daria origem ao “tipo definitivo de equilíbrio etnológico”, substituindo o tipo de brasileiro desfalecido, apenas “meio para o trânsito transfusivo de raças...” (RANGEL, 2008, p. 46). Salvo engano o narrador mostrava-se favorável a um tipo de eugenia, um melhoramento genético dos habitantes da Amazônia. O progresso do espaço dependeria da melhora dos homens que o ocupariam. E melhores homens significava aqueles com o menor número de características dos caboclos, ou de qualquer outro pária social e racial. A morte do engenheiro mostrou-se como um ensejo perfeito para advertir moralmente quanto à cobiça humana e propor um consolo àqueles vencidos no processo de ocupação da Amazônia. A hora da conquista final ainda não havia chegado, pois segundo o pungente discurso do narrador transformado em uma voz telúrica, somente às gerações futuras estava destinado o “triunfo!”.

Ao acompanharmos a jornada do engenheiro em sua tarefa de “demarcar para conquistar” o espaço subsiste em suas últimas palavras a alcunha de “Inferno Verde” à Amazônia. O título pejorativo acabou por tornar-se um conceito ainda usado para definir toda a dimensão da região Norte do Brasil. Contudo, a nomeação da floresta tropical segundo as características desenvolvidas e mostradas ao longo de seus “cenários e cenas” é bastante problemático e contingencial. O que Alberto Rangel propôs-se ao ficcionalizar sua experiência não corresponde a toda a diversidade social e ambiental existente na Amazônia; além disso, seu juízo crítico está limitado por sua perspectiva histórica que via somente o progresso como uma força que modificasse a natureza. A conservação do meio-ambiente não fazia parte de seu campo de análise ou de sua proposta de desenvolvimento. Além disso, o caráter nocivo da natureza mostrou-se apenas quando verbalizado pelo narrador, mesmo que ele tentasse denunciar a exploração ou apontar o desinteresse do governo brasileiro, as situações narradas sempre destacam a estranheza do ambiente, a rudeza dos costumes e a ameaça iminente da floresta. A narrativa feita em Inferno Verde é mais selvagem do que a real natureza amazônica, além de usar o discurso narrativo com um objetivo pragmático.

### 3. O “NARRADOR” EUCLIDIANO.

Euclides da Cunha atuou como atento editor durante a preparação da publicação de *Inferno Verde*. Nas cartas que enviou a Alberto Rangel podemos reconhecer o interesse dedicado na instrução do amigo “exilado” na Europa sobre a divulgação do futuro livro, sugerindo pequenas alterações na expressão do texto e tratando da preparação do prefácio da obra considerada um trabalho mútuo chamado mesmo de “nosso prefácio”. Euclides justifica a escrita em conjunto na redação dessa apresentação ao afirmar, em carta escrita no ano de 1907, que o texto era “*nosso*, porque a exemplo do inteligente desenhista da “Obstinação” hei de inspirar-me nas mesmas páginas que esculpiste” (GALVÃO, 1997, p.323).

A publicação do livro de Alberto Rangel significava uma realização pessoal para Euclides da Cunha. A Amazônia mostrou-se como um problema a ser discutido e um espaço a ser investigado desde o momento em que Euclides tomou conhecimento dos conflitos territoriais entre peruanos e brasileiros pela posse do Acre. O interesse antigo do autor d’Os Sertões por essa região ficou registrado na carta que enviou ao engenheiro Luís Cruls, em 20 de fevereiro de 1903.

P.S. – Alimento há dias o sonho de um passeio ao Acre. Mas não vejo como realizá-lo. Nestas terras, para tudo faz-se mister o pedido e o empenho, duas coisas que me repugnam. Elimino por isto a aspiração – é que talvez pudesse prestar alguns serviços (GALVÃO, 1997, p. 149).

O desejo por conhecer o sertão amazônico acabou realizando-se nos termos aos quais Euclides julgou não precisar se submeter. Após demitir-se do cargo de engenheiro fiscal da Comissão de Saneamento de Santos ficou em situação financeira delicada. Ele necessitou recorrer à ajuda de alguns amigos na tentativa de conseguir uma colocação que lhe recobrasse a estabilidade econômica. Auxiliado por José Veríssimo e Domício Gama, amigos e colegas da Academia Brasileira de Letras, recebeu ainda o apoio de outro amigo, o diplomata Oliveira Viana; assim passou pela entrevista com o Barão Rio Branco conseguindo a nomeação em 09 de agosto de 1904 para chefiar a Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus. No ano seguinte, já em Manaus, aguardando a conclusão dos preparativos para sua viagem diplomática escreveu uma carta a José Veríssimo, datada de 13 de janeiro, esboçando sua tese sobre a interpretação do “portentoso *habitat*” de clima tão severo.

É uma terra que ainda se está preparando para o homem – para o homem que a invadiu fora do tempo, impertinentemente, em plena arrumação de um cenário maravilhoso. Hei de tentar demonstrar isto. Mostrarei, talvez, esteiando-me nos mais

secos números meteorológicos, que a natureza, aqui, soberanamente brutal ainda na expansão das suas energias, é uma perigosa adversária do homem. Pelo menos em nenhum outro ponto lhe impõe mais duramente o regime animal (GALVÃO, 1997, p. 252).

Essa proposta de análise foi desenvolvida posteriormente na primeira parte de *À margem da história*. No texto “Impressões gerais”, após expressar o desencanto provocado ao observar uma porção do espaço amazônico, substituindo seu conhecimento bibliográfico pela experiência *in loco*, Euclides considera a Amazônia “inferior a um sem número de outros lugares do nosso país”, mesmo sendo “o maior quadro da terra” a paisagem lhe causara a fadiga de uma “monotonia inaturável”.

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem... (CUNHA, 2009, p. 108).

Essa teorização repete-se ainda no prefácio de *Inferno Verde*. Nesse texto Euclides da Cunha reiterava como um aspecto característico do espaço amazônico a incompletude, apontando em cada processo natural a manifestação de uma ausência de ordem, um estranho ciclo evolutivo que não alcançara o seu estado pleno por ser “a última página, ainda a escrever, do Gênese”.

E, ainda sob o aspecto secamente topográfico, não há fixá-la e linhas definitivas. De seis em seis meses, cada enchente, que passa, é uma esponja molhada sobre um desenho malfeito: apaga, modifica, ou transforma os traços mais salientes e firmes, como se no quadro de suas planuras desmedidas andasse o pincel irrequieto de um sobre-humano artista incontentável... (CUNHA, 2008, p. 26).

Em contraste a pretensão da compreensão totalitária da Amazônia persistiria o conhecimento fragmentário desenvolvido em especialidades como a geologia, a geografia e a botânica, ciências cujo procedimento investigativo orienta-se por uma análise e por uma descrição estritamente direcionada. A constatação de que grandes estudiosos, “desde Martius a Jacques Huber”, não haviam atingido no decurso de seus estudos a possibilidade de descortinar a compreensão de um “conjunto”, levou Euclides a propor que a criação ficcional poderia preencher semelhantes lacunas.

Um sábio no-la desvendaria, sem que nos sobressaltássemos, conduzindo-nos pelos infinitos, amortecedores, das análises cautelosas. O artista atinge-a de um salto; adivinhando-a; contemplando-a d’alto; tira-lhe, de golpe, os véus; desvendando-na na esplêndida nudez da sua virgindade portentosa (CUNHA, 2008, p. 25).

A relação Ciência & Literatura além de ser uma proposta acalentada por Euclides, – dando oportunidade para que muitos estudiosos ignorem as competências do discurso técnico-



científico para valorizarem somente a criação verbal –, deve ser compreendida na apresentação ao Inferno Verde sob a perspectiva de sua instância prefacial. Como Genette observa ao discorrer sobre a “função de recomendação” de um prefácio, já que o nome que advoga em favor de Alberto Rangel era uma verdadeira “autoridade”, surge nessa dinâmica de recepção literária a possibilidade de ocorrer “o efeito de elogio indiscreto e o efeito de retorno, que atinge o prefaciador suficientemente presunçoso para decidir sobre o gênio de outrem” (2009, p.236). Euclides utilizou o espaço de um prefácio não somente para comentar sobre o “objetivo do texto”, mas exercitou a sua tese da “incompletude amazônica”, destinando, em relação ao todo do prefácio, um espaço reduzido para apresentar os capítulos de Inferno Verde.

Mas Euclides estava consciente que embora o texto de Rangel fosse cheio de “ousadias”, marcado por um constante “traço pessimista e lúgubre” com a expressão de uma voz “comovida e vingadora”, seria necessário que a ideia “infernai” tivesse um contraste, sob pena de que o espaço já estigmatizado pelo discurso da “terra moça, (...) que ainda está crescendo”, fosse ampliado pela afirmação de que a Amazônia não poderia ser aproveitada devidamente. Em carta a Alberto Rangel, datada de 10 de dezembro de 1907, Euclides exterioriza essa preocupação: “Deves num posfácio prometer o reverso do quadro: o livro antítese do Inferno, em que se considere, otimistamente, a nossa prodigiosa Amazônia” (GALVÃO, 1997, p. 346).

O estudo que Euclides apresenta em “Impressões Gerais”, estudo porque possui todos os aspectos técnicos de um trabalho científico: progressão do assunto baseado em dados estatísticos devidamente citados para suportar as afirmações, referências a outros trabalhos científicos e a predominância do discurso analítico que procura o convencimento do leitor; tudo isso reunido para informar didática e esquematicamente sobre a realidade de uma parte do Norte do Brasil. A observação da terra que “ainda está por ser” ofereceu a Euclides possibilidade para empregar toda a sua energia investigativa vazada na característica linguagem impressionista que erige conceitos ao firmar contrastes. Essa terra com “o dom de impressionar a civilização distante” acaba sendo reduzida a dois problemas básicos: a natureza como adversária do homem e a exploração da natureza pelo homem. Esse binômio que somente inverte a ordem dos agentes não consegue oferecer uma alternativa que resolva a equação, resposta que seria a harmonia entre a natureza e o homem. Mas esse resultado não pode ser desenvolvido dentro da lógica de Euclides. Para ele a realidade parece mostrar-se unicamente como um fenômeno antitético, sem o suporte para a conciliação, pois essa

alternativa impediria a sua atuação vingadora. Para que sua voz tivesse relevância crítica seria necessário que algo insolúvel se manifestasse.

Os recursos narrativos que Alberto Rangel utilizou intermeados pelo vocabulário científico desaparecem aqui para que fique evidente o brilho da descrição do observador, entidade textual que não esconde ser a manifestação de alguém que esteve no Acre cumprindo uma missão diplomática específica, cuja elucidação só seria possível por meio da excursão ao local do conflito. Mas a questão da fronteira entre o Brasil e o Peru revelou que o mais novo estado brasileiro possuía problemas ainda mais sérios, embora não estivessem dentro das atribuições do líder da expedição resolvê-los ou fossem uma preocupação imediata do Governo solucioná-los. A denúncia expressa no antológico paradoxo do seringueiro como um “homem que trabalha para escravizar-se” representa a missão pessoal que Euclides incumbiu-se e manifestou na carta escrita em 10 de março de 1905, endereçada ao escritor Coelho Neto.

Nada te direi da terra e da gente. Depois, aí, e num livro: *Um Paraíso Perdido*, onde procurarei vingar a Hileia maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVIII. Que tarefa e que ideal! Decididamente nasci para Jeremias destes tempos. Faltam-me apenas umas longas barbas brancas, emaranhadas e trágicas (GALVÃO, 1997, p. 266).

Na compreensão generalizadora de Euclides a Amazônia mostrava-se também como um espaço a ser protegido, a “terra sem pecado” que perdera sua condição edênica ao longo da intervenção exploratória da colonização necessitando agora de um defensor. Contudo, a missão profética assumida por ele encontrava nos seus demais estudos e descrições sobre as sociedades e paisagens amazônicas uma contradição já presente na ideia de seu livro idealizado: “*Um Paraíso Perdido*”. Em carta endereçada a José Veríssimo, escrita no mesmo dia da missiva destinada a Coelho Neto, Euclides indaga: “Acha bom o título *Um Paraíso Perdido* para o meu livro sobre a Amazônia? Ele reflete bem o meu incurável pesimismo” (GALVÃO, p. 268). Mas o pessimismo que guiava o esforço interpretativo de Euclides não parece ser tão forte, novamente por meio de uma carta, escrita em 1905, ele informava ao amigo Arthur Lemos sobre o seu mais novo projeto: “Escreverei *Um paraíso Perdido*, por exemplo, ou qualquer outro em cuja amplitude eu me forre de uma definição positiva dos aspectos de uma terra que, para ser bem compreendida, requer o trato permanente de uma vida inteira” (GALVÃO, p. 269).

A abordagem científica na descrição do espaço amazônico e a denúncia da condição humana afastada de qualquer orientação governamental constituíram-se nas armas com que Euclides pensava vingar a hileia. Se levarmos essa interpretação adiante poderemos ponderar

que o vigente Governo Brasileiro seria o destinatário da investigação que se apresentava nos artigos de À margem da história. A proposta de intervenção na floresta como a construção da ferrovia transacriana só teria viabilidade com a anuência do Estado. Euclides ao produzir um discurso de caráter monumental como em “Rios em abandono” apelava ao interesse monetário da União para impulsionar o desenvolvimento e a valorização do Acre. O Rio Purus engrandecido pelos dados coletados por esse intelectual que o visitou torna-se uma entidade à espera de atenção, tal como os nordestinos “expatriados na própria pátria”. Assim, “o Purus é um enjeitado. Precisamos incorporá-lo ao nosso progresso, do qual ele será, ao cabo, um dos maiores fatores, porque é pelo seu leito desmedido em fora que se traça, nestes dias, uma das mais arrojadas linhas da nossa expansão histórica” (CUNHA, 2009, p. 136).

O paraíso amazônico de Euclides é um lugar que precisava ser construído. O seu potencial de grandeza estaria sendo desprezado com a destinação de seu espaço para o “descarte” dos flagelados da seca e a exploração maciça do látex. A integração da Amazônia acreana com o resto do país teria na aplicação de medidas de saneamento básico à concretização efetiva tanto do valor da terra, superadas as doenças endêmicas, como na transformação “pela higiene” do indivíduo que ali residisse. No ensaio “Um clima caluniado” fica mais evidente que o esforço argumentativo de Euclides destinava-se ao Governo brasileiro; a acusação desenvolvida nesse texto reiterava o conceito da “terra da promessa do Norte do Brasil” refutando a premissa do “espaço infernal”. Ao reconsiderar a função do clima amazônico ocorre a transformação do conceito fatal presente na obra de Alberto Rangel numa força seletiva responsável por eliminar os enfermos para sustentar os indivíduos mais “apurados” ao *habitat*. Euclides então conclui: “Ao cabo verifica-se algumas vezes que não é o clima que é mau; é o homem” (2009, p. 144).

Euclides da Cunha nesse ensaio abandona a primeira impressão que teve ao experienciar o clima de Manaus e por meio de seu “discurso vingador” o incômodo do constante “banho de vapor” tornava-se quase em uma entidade capaz de determinar o tipo de homem destinado a permanecer nos trópicos. Com as devidas medidas profiláticas o clima do Norte transformaria o “espaço do banimento” em “terra dos eleitos”. “Policiou, saneou, moralizou. Elegeu e elege para a vida os mais dignos. Eliminou e elimina os incapazes, pela fuga ou pela morte. E é certo um clima admirável o que prepara as paragens novas para os fortes, para os perseverantes e para os bons” (CUNHA, 2009, p. 149).

Enquanto Alberto Rangel em sua proposta ficcional de conquista da Amazônia imaginava um povo superior transformando-a; Euclides da Cunha percebeu que a dominação desse espaço já era um processo em andamento. Contudo, não seria uma “raça” endinheirada

ou “superior” que conseguiria semelhante vitória na luta entre a natureza e o homem; o herói dessa contenda seria o Sertanejo, um símbolo e uma generalização de várias comunidades culturais marcadas por outro fenômeno climático: a seca. Aqueles que receberam a “missão de desaparecer” estavam cumprindo a grandiosa tarefa da conquista do sertão amazônico sem dinheiro, apoio ou tecnologia.

As gentes que a povoam talham-se pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na. O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto. E as suas almas simples, a um tempo ingênuas e heróicas, disciplinadas pelos reveses, garantem-lhes, mais que os organismos robustos, o triunfo na campanha formidável (CUNHA, 2009, p. 136).

Em “Um clima caluniado”, Euclides afasta-se do discurso negativo que moldou a narrativa de Inferno Verde mostrando que o autor do prefácio da obra de Alberto Rangel oscilava de maneira considerável na sua forma de interpretar a Amazônia acreana. O seu pessimismo íntimo reforçado pela observação empírica cedia lugar ao otimismo das ideias e do conhecimento científico. O espaço que fora considerado da doença, do abandono e do conflito não estava destinado a esse fim caso o manejo de suas riquezas fosse feito com competência. Contudo, Euclides não se deixava perceber, ou quis ignorar, que as decisões no Brasil não são tomadas a partir da objetividade da Ciência, mas dentro dos círculos de interesses da Política. Alberto Rangel ao final de Inferno Verde parece descrer que o “brasileiro” fosse capaz de desenvolver a Amazônia para que ela atingisse a grandeza. Já Euclides da Cunha ainda acreditava que ao instruir os líderes do país conseguiria transformar aquela realidade por ele visitada.

O ensaio “A Transacriana” completa a proposta desenvolvimentista baseada nos demais estudos que se estruturaram como um informativo preliminar das condições físicas e humanas anteriores a um grande empreendimento responsável por alterar a situação de isolamento do Acre. Segundo Euclides, a penetração na floresta e a criação de povoados mostrava-se favorecida em um primeiro momento pelo curso natural dos rios, que durante a cheia ofereciam livre trânsito ao “forasteiro”, mas com a mudança da estação impediam o deslocamento das mercadorias e dos homens. Esse ciclo natural favorecia a “ruinaria dos vilarejos” e a manutenção de um *regímen* de fixação humana precário.

Viu-se então, de par com primitivas condições tão favoráveis, este reverso: o homem, em vez de senhorear a terra, escraviza-se ao rio. O povoamento não se expandia: estirava-se. Progredia em longas filas, ou volvia sobre si mesmo sem deixar os sulcos em que se encaixa – tendendo a imobilizar-se na aparência de um progresso ilusório, de recuos e avançadas, do aventureiro que parte, penetra fundo a

terra, explora-a e volta pelas mesmas trilhas – ou renova, monotonamente, os mesmos itinerários da sua inambulação invariável (CUNHA, 2009, p. 188 – 189).

Promover o progresso do Acre significava recolocar sob a tutela do Estado os brasileiros esquecidos em um território marcado pelo conflito. A presença do Governo efetivada por meio de intervenções urbanísticas, obras de mobilidade e a demarcação definitiva dos limites entre o Brasil e o Peru mostravam-se como medidas necessárias tanto por uma razão pragmática e econômica quanto para a consolidação da soberania nacional. “A intervenção urgentíssima do Governo Federal impõe-se como dever elementaríssimo de aviventar e reunir tantos esforços parcelados. Deve consistir porém no estabelecimento de uma via férrea – a única estrada de ferro urgente e indispensável no Território do Acre” (CUNHA, 2009, p. 192).

Os conselhos estratégicos e as admoestações morais que Euclides da Cunha dirigiu ao Governo Brasileiro revelam a esperança de que os conflitos armados, a exploração dos migrantes nordestinos e a consolidação das fronteiras entre o Acre e o Peru pudessem ser resolvidas por uma grande obra de integração (inter) nacional. “Além disto, o que se deve ver naquela via férrea é, sobretudo, uma grande estrada internacional de aliança civilizadora, e de paz” (CUNHA, 2009, p. 200). A defesa da Amazônia acreana, enquanto uma parte esquecida do Brasil encontrava na postura crítica e na descrição científica e sociológica de Euclides a mais pungente expressão de otimismo. Os artigos “Impressões gerais”, “Rios em abandono”, “Um clima caluniado” e “A Transacriana” advogam por uma região que só não era um “paraíso” por estar destituída de um projeto desenvolvimentista eficiente.

A entidade textual que preside a organização de informações bibliográficas não procura omitir ou disfarçar sua autoria, recorre a referências históricas e utiliza experiências particulares na construção de um discurso de denúncia. Euclides da Cunha não faz ficção nesses ensaios, do mesmo modo que a pequena presença de trechos narrativos serve como suporte à sua tese de que a natureza amazônica encontrava-se em processo de formação e teria por meio da intervenção do homem a possibilidade de ser concluída. O recurso da identificação entre o autor concreto e o autor abstrato apenas contribui para que os ensaios ganhassem credibilidade.

Nos ensaios “Os Caucheros” e “Brasileiros” a estrutura textual aproxima-se do formato narrativo mesmo que a proposta discursiva afaste-se do relato ficcional e opte pela pretensão de historiar territórios sem história. O texto “Brasileiros” mostra-se como o mais afinado com a perspectiva historiográfica, pois desde o início ele afirma o seu interesse de relatar uma parte da história do Peru não encontrada nos documentos oficiais, aquela em que

o território era explorado por brasileiros que colocavam os seus interesses financeiros à frente da lealdade patriótica.

Mas não o reproduzimos apenas para realce dos aspectos contrariantes da história peruana; senão também para destacar aquela figura de brasileiro, que seria inexpressiva se não constituísse o primeiro termo de uma série de compatriotas obscuros, errados dos nossos fastos e elegendo-se por atos memoráveis entre os melhores servidores da nação vizinha (CUNHA, 2009, p. 177).

O contraponto da “expansão brasileira” no Peru fica evidente no ensaio “Os Caucheros”. Aqui a dinâmica do texto focaliza como algumas comunidades indígenas reuniram-se em torno da exploração de outra qualidade de goma-elástica: o “caucho”. A narrativa de Euclides procura traçar a partir de uma perspectiva linear toda a complexidade étnica desses grupos heterogêneos unidos somente pelo título genérico de “caucheros”. Em razão da árvore explorada, a castilloa elastica, ser destruída durante o processo de coleta do látex os extratores mantinham-se em constante mudança, o que os fazia entrar em conflito com outras tribos e conseqüentemente com os seringueiros brasileiros. A narrativa entrecortada de exemplos das práticas comerciais, dos costumes e das ambições dos caucheros atinge o clímax quando o narrador toma parte no tecido narrativo encontrando-se com um desses “humúnculos da civilização”.

Acocorado a um canto, contemplava-nos impassível. Tinha a um lado todos os seus haveres: um cacho de bananas verdes. Esta coisa indefinível — que por analogia cruel sugerida pelas circunstâncias se nos figurou menos um homem que uma bola de caucho ali jogada a esmo, esquecida pelos extratores — respondeu-nos às perguntas num regougo quase extinto e numa língua de todo incompreensível. Por fim, com enorme esforço levantou um braço; estirou-o, lento, para a frente, como a indicar alguma coisa que houvesse seguido para muito longe, para além de todos aqueles matos e rios; e balbuciou, deixando-o cair pesadamente, como se tivesse erguido um grande peso: — “Amigos”. Compreendia-se: amigos, companheiros, sócios dos dias agitados das safras, que tinham partido para aquelas bandas, abandonando-o ali, na solidão absoluta (CUNHA, 2009, p. 163).

Em “Judas Asvero”, o texto mais conhecido de À margem da história, a forma narrativa ganha total expressão, o narrador não divide sua preocupação com dados históricos, informações numéricas ou conceitos científicos; toda a sua atenção volta-se para um evento presenciado por um “observador não envolvido no enredo” (SCHMID, 2010, p. 74). Um clima cerimonial envolve a construção do boneco de Judas a ser “malhado” no sábado de Aleluia que recebera outro nome simbólico: Asvero. Como representação dos seringueiros nordestinos abandonados no Alto Puros emerge a figura do Judas feito a imagem do sertanejo, acrescido do destino errante do judeu popularizado por Castro Alves no poema “Ahasverus e o Gênio”.



O sertanejo nesse episódio patético tornava-se equivalente à personagem bíblica de Judas em razão da ambição; ao menos assim o narrador compreende a semelhança entre o seringueiro que moldara à sua imagem o boneco da desforra. De vítima da exploração dos donos dos seringais o nordestino aqui transforma-se em agente de sua própria desgraça; e por ser forasteiro impedido de abandonar seu local de trabalho confere à figura do Judas-Asvero o destino de receber a punição e assumir a errância para expiar a “ganância” de todos os nordestinos. O traço moralista dessa narrativa entra em contraste com o ensaio “Impressões gerais”, texto que procura denunciar como os flagelados da seca escapavam de uma tragédia para serem levados a um regime de trabalho que beirava a escravidão. O seringueiro que fora vítima de um fenômeno climático e do descaso do Governo” tornava-se cúmplice de sua própria exploração em “Judas Asvero”.

O formato narrativo e a preocupação ficcional ganham relevância nessa narrativa que toma por protagonista uma comunidade de seringueiros cuja condição de abandono não se mostrava responsabilidade de nenhuma entidade política. Por essa razão, a missão de denúncia assumida por Euclides da Cunha perde relevância, o sentimento de indignação com a sorte dos brasileiros “expatriados na própria pátria” volta-se contra eles. Não se pode lamentar pelo destino dos nordestinos se eles mesmo em sua “credulidade infantil” permitiram-se ser levados “à gleba empantanada dos traficantes, que o[s] iludiram”. Ao abandonar o formato pragmático de um texto sustentado por informações objetivas Euclides acerta no vigor narrativo, embora vá de encontro ao intuito “vingador” presente nos outros “ensaios amazônicos”.

O território sem história do Acre ganhava nos textos de À margem da história os primeiros registros sistematizados de sua formação social feitos a partir do conhecimento histórico-científico. Com a predominância do discurso pragmático Euclides da Cunha afirmou sua crença no desenvolvimento da região, a esperança que sua missão de reconhecimento do Alto Purus fosse a primeira de outras empreitadas organizadas pelo Estado brasileiro e que o “paraíso perdido” nessa região ainda “em formação” fosse levado ao termo de seu processo natural e humano.

## CONCLUSÃO

A representação da selva amazônica como um ambiente bárbaro, estranho, despido de qualquer marca de civilidade e urbanização tem na narrativa de Inferno Verde a nota dramática de uma ameaça sempre à espreita do homem civilizado, o qual inadvertidamente

tentava dominar a natureza rebelde. Com a junção de um discurso poético e de um vocabulário científico Alberto Rangel pretendeu oferecer aos seus leitores uma série de episódios moralistas que sustentassem a ideia de um mundo hostil somente domesticado por inteligências de homens superiores que ainda não haviam chegado à hileia.

Euclides da Cunha embora compartilhasse com Alberto Rangel a linguagem lítero-científica, o teor de denúncia e a utilização de recursos descritivos que anunciavam a grandiosidade amazônica desenvolveu uma interpretação contrária ao “discurso infernal” produzido em *Inferno Verde*. A Amazônia que Euclides da Cunha conheceu, estudou e retratou não recebeu de sua parte a alcunha de uma região do abandono; a sua mensagem, salvo algumas contradições que discutidos ao longo deste artigo, foi positiva e direcionou-se pela efetivação de ações que integrassem o estado do Acre ao resto do Brasil.

A imagem da Amazônia brasileira divulgada hoje pelos vários canais midiáticos, retratada pelas ficções cinematográficas ou imaginada por aqueles que nunca estiveram nos vários estados que compõem essa região, apoia-se ainda, nos conceitos e nas noções que esses dois escritores produziram há mais de cem anos. Talvez esse seja o maior problema na representação do espaço amazônico, ter ficado refém da aura infernal ou da ideia paradisíaca responsável por omitir a presente realidade das sociedades firmadas em um “espaço que [não] se esconde em si mesmo”.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Robério. **Euclides da Cunha no Amazonas**. Manaus: Editora Valer/Fundação Lourenço Braga, 2002.

CONDE SANGENIS, Anabelle Loivos & Luiz Fernando. **Euclides da Cunha**: “Da face de um tapuia”. 1ª ed. Niterói, RJ: Nitpress, 2013.

CUNHA, Euclides da. **Prefácio de Inferno Verde**. In. *Inferno Verde*. 6ª edição. Manaus: Editora Valer, 2008.

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido: ensaios amazônicos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

CUNHA, Euclides da. **The Amazon: land without history**. Oxford: University Press, 2006.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Correspondência de Euclides da Cunha/Walnice Nogueira Galvão, Oswaldo Galotti**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

GENETTE, Gérard. **Paratextos Editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

LEANDRO, Rafael Voigt. **Inferno Verde: representação literária da Amazônia na obra de Alberto Rangel**. *Revista Intercâmbio do Congresso de Humanidades*. UnB, 2009.

RANGEL, Alberto. **Inferno Verde: cenas e cenários do Amazonas**. 6ª edição. Manaus: Editora Valer, 2008.

SCHMID, Wolf. **Narratology: an introduction**. Translated from Germany by Alexander Starritt. Berlin: De Gruyter, 2010.

STIERLE, Karlheinz. **Que significa a Recepção dos Textos Ficcionalis?**. In: *A Literatura e o Leitor. Textos de Estética da Recepção*. L. Costa Lima (Org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.